



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA APARECIDA CAMELO MOUSINHO

**PELO DIREITO DE APRENDER: TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS ALUNOS DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENTRE O CAMPO E A CIDADE**

**GUARABIRA-PB
2015**

MARIA APARECIDA CAMELO MOUSINHO

**PELO DIREITO DE APRENDER: TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS ALUNOS
DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENTRE O CAMPO E A CIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Verônica Pessoa da Silva

GUARABIRA-PB
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M543p Mousinho, Maria Aparecida Camelo
Pelo direito de aprender: [manuscrito] : trajetórias de vida dos
alunos da Educação de Jovens e Adultos entre o campo e a cidade
/ Maria Aparecida Camelo Mousinho. - 2015.

31 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Verônica Pessoa da Silva, Departamento de
Educação".

1. Educação de Jovens e Adultos. 2 .Educação do Campo.
3.Trajetoórias de Vida. I. Título.

21. ed. CDD 374

MARIA APARECIDA CAMELO MOUSINHO

**PELO DIREITO DE APRENDER: TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS ALUNOS DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENTRE O CAMPO E A CIDADE**

Data da Defesa 01 de dezembro de 2015

Artigo apresentado para fins de
conclusão do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia pela Universidade
Estadual da Paraíba, sob a Orientação
da Profª Drª Verônica Pessoa da Silva.

BANCA EXAMINADORA

Verônica Pessoa da Silva

Profª. Drª Verônica Pessoa da Silva(UEPB)
(Orientadora)

Maria Valdenice Resende Soares

Profª. Ms. Maria Valdenice Resende Soares(UEPB)
(Examinadora)

Arivaldo José Sezyshta

Profª Drª. Arivaldo José Sezyshta (UFPB)
(Examinador)

**GUARABIRA
2015**

*Ao Deus da vida, meus pais, irmãos, Tio João
(in memoriam), amigos, mestres e a todos
obrigadas, DEDICO.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me cobrir com seu manto, iluminando minha vida, apesar de ter encontrado muita dificuldade nesse caminho, tudo isso fez com que conseguisse encontrar força para vencer e lutar, a cada dia, de minha vida. Agradeço por Ele ter me fortalecido para prosseguir nessa nova etapa que se inicia.

Aos meus pais Maria da Luz Camelo Mousinho e Severino da Silva Mousinho, por terem me apoiado nessa iniciativa de profissionalizar na área da educação.

Os meus irmãos, tio João (in memorian) e amigos que me ajudaram nos momentos que mais precisei.

Aos meus mestres por terem tido paciência durante estes quatro anos.

À professora Rita de Cássia Cavalcante por ter contribuído na minha formação.

À professora Verônica Pessoa por me orientar e ter tido paciência comigo, principalmente no momento mais difícil da minha vida, tanto pessoal como profissional.

Também aos demais educadores que contribuíram nessa formação.

À minha madrinha por ter me acolhido em sua casa.

Às minhas amigas: Annakalina, Rafaela e Rosália que me agüentaram estes quatro anos e me deram força para nunca desistir. Sei que vocês ficarão sempre no meu coração: obrigada por vocês existirem. Agradeço, também, às demais colegas do Curso de Pedagogia, turma 2011.2.

E a todos que acreditaram na minha capacidade, muito obrigada!

Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando,
refazendo e retocando o sonho pelo qual se
pôs a caminhar.

(Paulo Freire)

LISTA DE SIGLAS

CPC	- Centro Popular de Cultura
CEAA	- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CNER	- A Campanha Nacional de Educação Rural
CNEA	- Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
FNEP	- Fundo Nacional de Ensino Primário
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MEB	- Movimento de Educação de Base
MEC	- Ministério da Educação
MOBRAL	- Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAS	- Programa Alfabetização Solidária
PRONERA	- Programa Nacional na Reforma Agrária
PBA	- Programa Brasil Alfabetizado
SEA	- Serviço de Educação de Adultos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA PESSOAS JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	10
3. PELO DIREITO DE APRENDER: TRAJETÓRIAS DE VIDA ENTRE O CAMPO E A CIDADE.....	16
3.1 Perfil dos alunos entrevistados.....	20
3.2 A EJA e a Educação do Campo: a escola e o contexto local.....	24
3.3 Descaminhos dos alunos da EJA: entre o campo e a cidade.....	25
CONCLUSÕES: POR UMA ESCOLA DO E NO CAMPO.....	27
REFERÊNCIAS.....	28

PELO DIREITO DE APRENDER: TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENTRE O CAMPO E A CIDADE

MOUSINHO, MARIA APARECIDA CAMELO

RESUMO

O presente artigo reflete sobre o direito de aprender, a partir das trajetórias de vida, dos alunos da Educação de Jovens e Adultos entre o campo e a cidade. Tem como objetivo analisar a busca dos educandos da EJA que residem no campo, direito de seu processo de escolarização como direito de cidadania. O estudo estruturou-se por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada através da utilização de entrevistas semi-estruturadas, além de um estudo de caráter bibliográfico. O universo da pesquisa foi delimitado junto aos alunos da Escola Padre Geraldo Pinto, no Município de Pilõesinhos/PB. No estudo das categorias teóricas e metodológicas tomamos como referencial as leituras de autores como: ARROYO (2008), PAIVA, (2003) CALDART (2008), CARVALHO; et al (2009), GHEDIN (2012), BRASIL (1988), VIEIRA, (2004), entre outros. A pesquisa revelou que o processo de escolarização dos jovens e adultos do campo, embora tenha avançado, consideravelmente, pelas diversas conquistas alcançadas através dos Movimentos Sociais, ainda enfrenta muitas dificuldades, principalmente pela não oferta de salas de EJA no campo, obrigando aos alunos o deslocamento compulsório à cidade. Entendemos que o cumprimento da oferta de EJA, frente à demanda escolarizável, é uma medida necessária em prol de uma Educação DO e NO Campo, como reconhecimento do direito dos povos do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Educação do Campo. Trajetórias de Vida.

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que a educação é direito de todos e dever do Estado, perante a legislação brasileira. No entanto, foi a partir da aprovação da (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Lei 9.394/96 que a Educação de Jovens e Adultos passou a ser reconhecida como uma modalidade da educação, voltando de forma mais específica a atender aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à escola ou até mesmo a oportunidade de concluírem os estudos.

Todavia, o reconhecimento deste direito, ainda não pode ser traduzido em uma educação de qualidade, que atenda à dinâmica das realidades deste público, principalmente quando se trata da população do campo. Esta realidade ainda reflete a ausência ou mesmo pouca qualidade da educação ofertada nos territórios rurais, fato expresso pelos consideráveis índices de analfabetismo adulto que atingem estes povos.

Esta realidade, embora em fase de transformação, que ainda persiste, faz com que muitos jovens e adultos que moram no campo busquem, na cidade, uma oportunidade de se escolarizar muitas vezes, no caso da EJA, por não terem escolas em sua comunidade ou nas comunidades circunvizinhas.

Outra dificuldade que ocorre em relação aos alunos da EJA na maioria do campo principalmente no Município de Pilõezinhos/PB é a indisponibilidade de transporte por motivo de que a demanda de aluno é pequena e com isso a prefeitura não disponibiliza o mesmo para deslocar-se para a cidade, visto que a maioria das escolas da EJA só funcionam no turno noturno. Estas e outras marcas fazem da Educação de Jovens e Adultos e da Educação do Campo um lugar de embates e disputas político-pedagógicas.

O reconhecimento do direito dos jovens e adultos do Campo a uma educação de qualidade é a marca deste estudo. Objetivamos, através do mesmo, refletir sobre os descaminhos que enfrentam as populações do campo em torno do direito de aprender, principalmente na etapa da alfabetização entre o campo e a cidade.

Para tanto, nos apoiamos na metodologia qualitativa de pesquisa, fazendo uso tanto de um estudo de caráter bibliográfico, quanto de uma pesquisa de campo, refletido sobre os limites e alcances da política educacional voltada para a Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva da Educação do Campo.

Tendo como objetivo analisar a luta dos alunos do campo na Educação de Jovens e Adultos na busca pelo direito a educação.

Nossa pesquisa ocorreu na Escola Padre Geraldo Pinto no Município de Pilõezinhos. Sendo uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada através da utilização de entrevistas semi-estruturadas com 9 alunos regularmente matriculados na modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos), entre os quais foram 6 homens e 3 mulheres, com idade entre 16 à 51 anos. Esses alunos foram entrevistados individualmente.

Guiados por este cenário, estruturamos nosso estudo de texto em três capítulos: o primeiro apresenta algumas reflexões sobre as políticas públicas voltadas às pessoas jovens, adultas e idosas do Campo, identificando os principais Programas e Projetos criados para promover tanto a alfabetização quanto a escolarização destes. O segundo trata da pesquisa de campo, apresentando o perfil dos sujeitos entrevistados, a distância entre a escola e a realidade local destes sujeitos, bem como os descaminhos enfrentados por estes alunos em suas trajetórias educativas entre o campo e a cidade. Por fim, no terceiro as considerações finais que abordam a nossa defesa em prol de uma Educação DO e NO Campo, como reconhecimento do direito dos povos do campo.

2. POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA PESSOAS JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Durante o Brasil Império a educação esteve voltada para as elites. Só a partir do século XVIII, com a primeira constituição Brasileira, foi que os governantes tiveram a iniciativa de implantar colégios e universidades, além de estabelecer um ensino primário gratuito. Considerando, que as políticas educacionais mais significativas relacionadas à EJA têm seu início com a Constituição Federal de 1988, pois é a mesma que garante, no Título dos Direitos Individuais e Coletivos, o direito à Educação a todos os cidadãos brasileiros, o artigo 208 diz que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, assegurando, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

A partir da constituição de 1934, que garantia o direito ao ensino primário gratuito e obrigatório para todos, como também o direito de alfabetização dos jovens e adultos, foram surgindo programas de alfabetização além da elaboração de políticas educacionais para os jovens e adultos do campo.

A Constituição de 1934 estabeleceu medidas para assegurar uma política nacional de educação, cabendo à União traçar as diretrizes da educação nacional e fixar o Plano Nacional de Educação. Nessa

época, ela determinou que o ensino primário passasse a ser gratuito, de frequência obrigatória e extensiva aos adultos (PAIVA, 2003, p. 134).

Mas foi a partir de 1940 que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a fazer parte da política educacional, no Brasil, com referência à necessidade de oferecer uma educação aos adultos, que já aparecia na constituição de 1934, mas, sobretudo foi na década de 1940 que começou a se tomar iniciativas palpáveis com relação à preocupação de oferecer escola à população até então excluídas do seu direito de escolarizar-se.

Paralelamente a Educação de Jovens e Adultos é tratada por meio de ausências ou de uma política sistemática, realizada através de Programas e Projetos.

Porém no Brasil surgiu a preocupação de combater o analfabetismo através desses programas e projetos. Como principais programas e nas campanhas tivemos: FNEP (Fundo Nacional de Ensino Primário 1942), o SEA (Serviço de Educação de Adultos-1947), a CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - 1947). Essa campanha tinha duas estratégias: os planos de ação extensiva (que era alfabetizar grande parte da população) e os planos de ação em profundidade (formação profissional e acompanhamento da formação junto á comunidade). Tendo como objetivo aprofundar o trabalho educativo além de alfabetizar, atuando no meio rural e no meio urbano. No meio urbano o seu principal objetivo era a preparação de mão de obra alfabetizada para atender às necessidades industriais. Já no meio rural dirigia-se ao homem do campo. Para o campo foi considerada uma das maiores campanhas voltada para o meio rural.

Apesar de, no fundo, ter o objetivo de aumentar a base eleitoral (o analfabeto não tinha direito ao voto) e elevar a produtividade da população, a CEAA contribuiu para a diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil (VIEIRA, 2004, p.19-20).

A Campanha Nacional de Educação Rural (1952) e a CNEA Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958), que previa a melhoria do ensino primário, sendo extinta em 1961. Esses programas correspondiam à política nacional, com objetivo de oferecer aos Jovens e Adultos um ensino gratuito para todos. No entanto essas campanhas não duraram muito tempo. As únicas que

tiveram maior duração foram: a CNER e CNEA, a partir daí, nos mostram como essas ações foram tratadas de forma incoerente da realidade do campo, com pouca duração e até mesmo quase nenhuma concretização de políticas educativas para os povos do campo. Faltavam investimentos e a construção de uma política que acreditasse na capacidade da população do campo.

Alguns desses programas a exemplo do CNER se voltavam muito mais no combate à carência, ao desenvolvimento comunitário, à modernização do campo e à capacitação do analfabeto, do que à questão do analfabetismo e do baixo nível de escolaridade da população. “Além dessas campanhas, até 1961, para o aluno adulto, foram oferecidas oportunidades de concluir o ensino primário por meio do ensino primário supletivo e, para o prosseguimento de estudos, os exames de madureza” (FERREIRA, 2009, p.18).

No Brasil as políticas educacionais sofrem com as indefinições, sem direcionamentos claros. Do mesmo modo acontece com as políticas voltadas ao campo. Portanto, só na década de 1980 foi que a sociedade brasileira começou a ter o reconhecimento da educação como direito de todos. Com a constituição de 1988, que assegura o direito à educação para todos os cidadãos, independente de residirem em áreas urbanas ou rurais. No entanto, as políticas educacionais possibilitam a recriação de uma nova cultura no atendimento das demandas provenientes dos movimentos sociais ligados aos trabalhadores rurais.

De acordo com ARROYO; et al (2008, p. 10)

A escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, a população do campo foi negado o acesso aos avanços havidos nas duas últimas décadas no reconhecimento e garantia do direito a educação básica.

Só que durante este período, o direcionamento das políticas públicas estava voltado para promover o crescimento econômico frente ao processo de industrialização, sem a transformação das relações de propriedade na sociedade brasileira.

A partir dos anos 1990, os movimentos sociais do campo e várias organizações da sociedade civil, iniciaram o movimento pela Educação Básica do Campo, com a intenção de promover a luta por direitos sociais e cidadania, afirmando a educação como um direito gratuito a todos respeitando as

desigualdades sociais e as diferenças. Assim, a política pública é expressa, principalmente, pelo investimento que possibilite a construção de uma boa educação para o campo.

Segundo Ghedin (2012, p.103), “A luta por políticas públicas significa a garantia de direito assegurando o acesso universal à educação no campo”.

Assim, sobretudo no Brasil, a ausência do poder público está sendo comprovada pela falta de estrutura, econômica, política e social perante a educação no campo. Sabemos, com isso, que a Educação do Campo não surge por iniciativa das políticas públicas vindas do Estado, mas sim dos movimentos sociais, através de diversas lutas por parte dos trabalhadores rurais.

Com isso, a política da Educação de Jovens e Adultos - EJA no campo iniciou-se através dos Movimentos Sociais, particularmente pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que passaram a discutir e cobrar do Estado, em suas instâncias governamentais, uma política específica que atendesse ao segmento do campo e sua realidade com relação à educação.

Desse modo, entendemos por políticas públicas as ações do processo de instituições devido às demandas coletivas, que são constituídos através da intervenção por parte do Estado e pela própria Sociedade. Assim, a escola para crianças, adolescentes, jovens e adultos é um lugar onde os mesmos formam seus conhecimentos, valores, culturas e suas próprias identidades para irem à busca de um caminho com um futuro melhor fazendo abrir novas portas em suas vidas.

Já em 1980 surgiu um movimento que lutava por uma educação pública, gratuita, de qualidade e por cidadania. Movimento esse que só se fundou em 1984 denominado de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Caldart (2008) e outros autores afirmam que esse movimento surgiu a partir da necessidade do campo para resolver os problemas sociais envolvendo a sua população.

Perante a década de 1960 surgem outros movimentos sociais para alfabetização de jovens e adultos que visavam à educação e cultura popular, sustentadas por paradigmas voltados ao trabalho com as entidades como: MEB – (Movimento de Educação de Base); CPC – (Centro Popular de Cultura). Estes movimentos tinham ligação com as ligas camponesas, os sindicatos dos trabalhadores rurais, entrem outras organizações, influenciando o surgimento da alfabetização de jovens e adultos na perspectiva da educação do campo. Assim afirma CAVALCANTE (2002, p.3) como,

(...) Um grande número de movimentos populares sustentados por uma perspectiva de educação popular, tendo por base a arte didática e o conteúdo político do teatro de rua, cinema, música, viam que esses instrumentos e a educação seriam um dos elementos possíveis à transformação da realidade brasileira.

Apesar disto, depois do golpe militar de 31 de março de 1964, vários desses projetos foram extintos, por serem considerados de caráter comunista.

Em 1968 com a criação do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) sendo mais uma tentativa do Estado brasileiro, os resultados foram insatisfatórios, pois não teve continuidade de estudos para os alfabetizando. Através desse projeto buscava-se acabar com o analfabetismo em apenas dez anos. No entanto, esse programa passou por diversas alterações em seus objetivos, principalmente na ampliação da sua área de atuação para campos como a educação comunitária e a educação de crianças.

De acordo com Haddad & Di Pierro (2000, p.116), o MOBRAL,

Chegou imposto, sem a participação dos educadores e de grande parte da sociedade. As argumentações de caráter pedagógico não se faziam necessárias. Havia dinheiro, controle dos meios de comunicação, silêncio nas oposições, intensa campanha de mídia. Foi o período de intenso crescimento do MOBRAL.

Em 1967, com a queda do regime militar, o MOBRAL foi substituído pela Fundação Educar, que foi extinta no governo de Collor na década de 1990 (SILVA, 2011). Em 1996 o governo federal, por meio do Programa Alfabetização Solidária (PAS), começa a direcionar ações para os municípios e periferias metropolitanas que se encontravam com maiores índices de pobreza e analfabetismo.

Através dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula passaram a se efetivar a realização de três programas de educação do campo voltados à necessidade daqueles jovens como: PRONERA, Saberes da Terra, e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do campo.

O PRONERA (Programa Nacional na Reforma Agrária) é um dos Programas em que o governo passa a garantir recursos no seu orçamento para continuar o processo de Educação de Jovens e Adultos. Assim, em 1998, as primeiras ações do PRONERA começaram com os cursos de alfabetização de pessoas jovens e adultas, passando, posteriormente, a promover a escolarização, enquanto

continuidade dos estudos através de cursos técnicos profissionalizantes, chegando, inclusive, aos cursos superiores. Foi a partir do PRONERA que teve início o acesso à Educação de nível Superior, a partir das articulações feitas com os movimentos sociais, sindicais, das universidades, superintendências e cursos superiores em diversas áreas do conhecimento.

Saberes da Terra surgiu em 2005 no governo de Lula. Era um programa com objetivo de escolarizar os jovens agricultores, principalmente no nível fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Durante a sua existência escolarizou muitos jovens e adultos agricultores/as, como também aqueles que viviam em comunidades ribeirinhas, quilombolas, assentamentos, indígenas e os pequenos agricultores.

Mas no primeiro mandato do governo Lula em 2003, surgiu o PBA (Programa Brasil Alfabetizado) com objetivo de oferecer aos jovens, adultos e idosos o direito a alfabetização. É um programa que permanece até hoje sendo ofertado em todo o Brasil tendo parceria entre o governo estadual e municipal. Além desses programas tiveram outros com o mesmo objetivo de alfabetizar os jovens, adultos e idosos do campo.

Todavia, ao que é possível verificar, no processo de revisão da Educação oferecida ao meio rural brasileiro, a carência na garantia desse direito, que ocorre pela ausência do poder público no cumprimento dos direitos fundamentais às populações do campo, tanto sociais quanto educacionais, prevalecendo à falta de estrutura, econômica, política e social. Esta desatenção, muitas vezes, esteve ligada à valorização do processo de urbanização em perda da organização do campo como um lugar de possibilidades, fato que dificulta e acentua, ainda mais, as desigualdades socioeconômicas entre o campo e a cidade.

Sabemos que, na maioria das vezes, as contradições das políticas públicas só ficam claras quando analisamos as desigualdades regionais e a mobilidade social, facilitando a implantação dos projetos como acontece nas regiões Nordeste, Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste no Brasil. Nessas regiões faz-se necessário observar o desempenho econômico, considerando que, muitas vezes, essas políticas que são registradas no papel, sendo que na prática são muito diferentes, eles não conseguem atingir a realidade, principalmente por não conseguir os meios materiais adequados às suas realizações, confirmando a relação de dependência entre as regiões.

Na atualidade, a educação do campo ainda sofre com o tratamento diferente com as desigualdades e discriminação por parte do estado, principalmente, pela insuficiência de políticas públicas que têm se mostrado incapazes de alterar essas situações perversas que ocorre com a educação e os povos do campo.

As políticas educacionais que são destinadas para as escolas do campo estão longe das perspectivas da realidade dos jovens e adultos que moram no campo, com isso favorecendo a educação urbana e fazendo com que a educação rural desapareça aos poucos e que a educação rural se acomode ao ensinamento urbano, no entanto fazem com que os jovens e adultos saiam do campo para estudarem na cidade. Portanto, as escolas camponesas não estão sendo valorizada e reconhecida pela sua cultura dentro da política educacional.

As políticas públicas propostas naquele contexto, se mostravam como insuficientes para atender às demandas, principalmente por não contemplar as necessidades requisitadas pelos trabalhadores e trabalhadoras camponeses organizados. Na verdade, os programas existentes, expressam traços de uma política pública em construção, mas necessitavam de fortalecimento. As políticas públicas no campo na Educação de Jovens e Adultos estão deixando a desejar, pois faltam investimentos que auxiliem aquela população sem sair do seu cotidiano trazendo renovações para estimular os Jovens e Adultos a participarem da escola.

3. ENTRE O CAMPO E A CIDADE: TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS EDUCANDOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de educação garantida na legislação brasileira. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi estabelecido que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. Porém, percebemos que ainda a educação sofre com o fracasso e a evasão escolar, visto que, muitas vezes, esses alunos necessitam trabalhar para ajudar os pais, realidade que acontece, principalmente com os jovens e adolescentes do campo.

Esta modalidade educativa também passa a ser assegurada enquanto modalidade a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, destinada aos

alunos jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio.

Por isso, a EJA é um lugar de recomeços e continuidades, visto que os educandos buscam nesta educação uma nova oportunidade de se escolarizar. Mas, a EJA precisa assumir, cada vez mais, a configuração de política pública e de direito. Esta visão contribui para superar a marca desta educação como algo menor, vinculada a interesses eleitoreiros.

Neste sentido, considerando estas reflexões entramos em nosso campo de pesquisa, o município de Pilõezinhos/PB, localizado na Microrregião de Guarabira, no brejo paraibano. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sua população em 2010, era de 5.155 habitantes, ocupando uma área territorial de 44 km².

Este município tem como principais atividades econômicas: agropecuária, comércio e criação de caprinos. No município de Pilõezinhos a secretaria de educação oferece a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a EJA nos Módulos I e II, conforme disposto:

ENSINO INFANTIL	E. FUNDAMENTAL	MÉDIO	EJA
Creche = 1 escola	10 escolas	1 escola	1 escola
Pré-escola = 9 escolas			

Fonte: Dados da Secretaria de Educação do Município de Pilõezinhos.

Em Pilõezinhos/PB essa modalidade de ensino (EJA) não funciona na zona rural, apenas no meio urbano. A constatação desta realidade excludente faz com que o analfabetismo seja mais expressivo, numericamente, nas populações do campo:

Paradoxalmente, a urbanização exige uma abrangência cada vez maior da educação em todos os níveis, inclusive o rural, não considerando, em certos casos, as variáveis existentes no sistema em que o analfabetismo, a evasão e a repetência, a carência de recursos materiais e humanos e outros tantos problemas específicos dessa escolaridade, são ainda uma constante (LEITE, 1999, p.53).

A urbanização exige do meio rural uma educação de qualidade, esquecendo da dificuldade dos alunos do campo em freqüentar a escola, desde o acesso, passando pela permanência até a garantia da aprendizagem, com qualidade.

Neste sentido a ausência de escola do e no campo faz com que os jovens e adultos do meio rural percorram longas distâncias para freqüentar a escola. Jornada essa, do campo para a cidade, pois na sua comunidade ou nas circunvizinhas não tem escola ou até mesmo a garantia do nível de ensino nesta modalidade. Este é um dos fatores decisivos para o crescente processo de migração do campo para a cidade.

[...] por muito tempo a educação voltada às pessoas do campo foi pensada apenas como uma maneira de fixar as pessoas no campo, isso em virtude do acelerado crescimento populacional nas cidades devido à migração das pessoas do campo para o meio urbano e à dificuldade destas na oferta de emprego para atender um número tão elevado de pessoas (ARAÚJO; et al, 2011, p. 27).

É por isso que defendemos que a EJA é um espaço em que os jovens e adultos encontram reconhecido seu direito, mas é, também, um espaço de aprendizagem que contribui para a formação cidadã desses jovens e adultos. A Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino compreende uma educação diferente do chamado ensino regular, abrangendo a realidade dos alunos, principalmente os que vivem no campo, já que:

O Campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio de grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão às florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por isso tudo o campo é lugar de vida e, sobretudo de educação. (MANÇANO, 2002, p. 92 apud PEREIRA, s/d, p.16).

Porém, a educação escolar tem um processo contínuo, além de ser um conhecimento que eleva para a democracia e a cidadania. Mas, para conseguirem se escolarizar, os alunos da EJA enfrentam muitas dificuldades em seus trajetos de casa para a escola. Além de que para eles aprender a ler e a escrever é uma oportunidade de melhorar de vida. Por isso, lutam pelos seus direito de cidadão a estudar.

Os jovens e adultos trabalhadores lutam par superar suas condições de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem os seus processos de alfabetização (...). O analfabetismo é a expressão

de pobreza, conseqüência inevitável de uma estrutura social injusta. (GADOTTI, 2003, p.5).

Por isso, tão importante quanto o direito à escola é garantir que todos aprendam por meio de uma educação de qualidade. Todavia, não cabe ao sistema educacional a escolha dos tipos de alunos. Mas, sim, o sistema escolar de um país tem de se ajustar para satisfazer as necessidades de todos os alunos, tanto do campo quanto da cidade.

[...] os espaços voltados à educação devem atender as necessidades de novos conhecimentos, sem esquecer-se de valorizar os já existentes, levando em consideração a realidade dos envolvidos nesses processos, bem como, o contexto social no qual estes estão inseridos (ARAÚJO; et al, 2011, p.24).

Apesar disto, muitas vezes, o cotidiano de sala de aula é marcado por atividades fragmentadas e distantes do contexto social. Mas, na educação de um modo geral e, principalmente a Educação de Jovens e Adultos deve assumir a contextualização como um princípio fundante, assumindo a realidade dos alunos, fornecendo novos conhecimentos a partir do contexto e da história de vida dos alunos.

Assim, por falta de escola que oferte essa modalidade de ensino (EJA) os jovens e adultos do campo têm que se deslocar para a cidade na busca de terminar o ensino ou até mesmo de se alfabetizar.

Portanto, as dificuldades encontradas no caminho em busca do conhecimento acontecem na Educação de Jovens e Adultos levando os alunos do campo a enfrentarem, entre os diversos desafios da vida, as distâncias pelo seu direito à educação. No entanto, estes alunos procuram uma educação de qualidade que respeite a sua cultura, fazendo-os ultrapassar os obstáculos encontrados nessa jornada.

Muitas vezes, a falta de transporte, dificulta o deslocamento entre o campo e a cidade, fazendo com que os jovens e adultos desistam de estudar, deixando para trás perspectivas de uma vida melhor e, até mesmo, oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, excludente e competitivo. No entanto, a EJA é um direito e garantia de processos educativos que vão além da escolarização, levando em consideração a vivência das pessoas do campo no trabalho, sua cultura, história de

vida e saberes, além das questões de sua identidade etária, social, geracional, étnica e de gênero.

Assim, a EJA tem um caminho metodológico específico que deve respeitar os adultos como adultos e não como crianças. Por isso, as atividades deverão direcionar-se aos jovens e adultos mediante as demandas do seu contexto histórico-social.

[...] a regra metodológica é: descontextualizá-los da idade escolar própria da infância e adolescência para, apreendendo e mantendo seus significados básicos, recontextualizá-los na EJA. Mas para isto é preciso ter a observação metodológico-política [...] a diversidade da escola média é necessária para contemplar as desigualdades nos pontos de partida de seu alunado, que requerem diferenças de tratamento como forma mais eficaz de garantir a todos um patamar comum nos pontos de chegada. Uma destas diversidades se expressa nos horários em que a EJA é oferecida, especialmente o noturno (BRASIL, 2000 apud CERATTI, 2007, p.13)

Na atualidade, muitos jovens e adultos estão deixando de estudar por causa da distância da escola, a exemplo do Município de Pilõesinhos, onde a Educação de Jovens e Adultos só pode ser encontrada na cidade, pois não há iniciativa política para investir em salas de EJA no campo.

Nosso campo de pesquisa se deu no município de Pilõesinhos/PB mais, especificamente, na Escola Padre Geraldo Pinto, localizada na rua: Antônio Camelo de Melo. A escola funciona no turno tarde e noite, em prédio próprio. A instituição possui 04 (quatro) salas de aula, 01 (uma) diretoria, 01 (uma) cozinha e 2 (dois) banheiros (masculino e feminino).

Foram entrevistados 09 alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos). De acordo com o Censo Escolar/INEP de 2014 o número de matrículas da EJA foi de 99 alunos, distribuído entre os Módulos I e II.

3.1 Perfil dos alunos entrevistados.

A entrevista foi realizada no mês de agosto de 2015, no Município de Pilõesinhos, nas dependências da Escola Padre Geraldo Pinto.

Os alunos entrevistados pertenciam às seguintes séries: 4ª série, 6ª série, 7ª série e 8ª série, com faixa etária entre 16 a 51 anos. Entrevistamos 09 (nove) alunos,

sendo 06 do sexo masculino e 03 do sexo feminino. Para preservar suas identidades optamos em nomes fictícios.

Estes alunos cujos pais, em sua maioria, são analfabetos, também são filhos de agricultores, desempregados, donas de casa, servente de pedreiro, todos tanto jovens quanto adultos e idosos. Estes educandos possuem suas diferenças culturais, etnias, crenças, religião. Todos residem na zona rural do município de Pilõezinhos. Vejamos a seguir:

NOME	LUGAR DE ORIGEM	IDADE	OCUPAÇÃO	SÉRIES
Rogério Paulino	Pilõezinhos	27 anos	Servente de pedreiro	7ª série
Nazareno Matias	Sítio Amarelinha	51 anos	Agricultor	6ª série
Jandeilson Soares	Sítio Mandaú	16 anos	Servente de pedreiro	8ª série
Maria do Socorro	Sítio Camará	51 anos	Agricultora	6ª série
Jacinta Inácio	Sítio Lages	39 anos	Agricultora	6ª série
Aclécio Santos	Sítio Belo Horizonte	35 anos	Autônomo	8ª série
Maria José dos Santos	Sítio Camará	18 anos	Desempregada	4ª Série
José Antônio da Silva	Sítio Pedro Vieira	45 anos	Agricultor	4ª Série
José Aedson Januário	Sítio novo	17 anos	Desempregado	7ª Série

Fonte: Entrevistas realizadas com os alunos, 2015.

Durante a entrevista os alunos relataram as dificuldades que enfrentam para se escolarizar, o que motivou o retorno ao estudo, fora do seu município ou de sua comunidade, quais as vantagens que o estudo pode lhes oferecer e como seria a escola ideal para eles.

Nos dias atuais a EJA proporciona oportunidades de continuidade dos estudos. A entrevistada Jacinta relata o interesse e o motivo de voltar a estudar na vida adulta.

Eu chamo Jacinta Inácio, tenho 39 anos. Sou agricultora faço a 6ª série e moro no sitio Lages. Venho a pé para a escola, as minhas filhas foram quem me levou voltar a estudar, faço isso por elas porque a caminhada é muito longa até porque faz medo você andar a noite do jeito que está o tempo hoje. Se tivesse uma escola perto da minha casa seria muito bom pra mim, mas já que não tem, venho para a cidade para aprender mais, assim posso ainda garantir um futuro melhor para minhas filhas e faço isso também porque gosto de estudar. (Jacinta Inácio)

O relato de Jacinta revela a dificuldade e o medo de percorrer o caminho da escola à noite, na volta para casa, frente à falta de transporte pelo fato de a demanda de alunos, neste sítio, ser considerada pequena.

Assim, mediante estas questões OLIVEIRA; et al (2015, p.4) ressalta que:

A trajetória da escolarização dos jovens do campo não é um caminho linear; existe a presença de muitas curvas, ladeiras, altos e baixos, deslocamentos (físico e identitário) num ritmo desacelerado e constantemente atropelado pelas influências globalizantes.

Os caminhos percorridos pelos alunos da EJA são de muitos obstáculos e, para conseguirem alcançar seus objetivos, os mesmos ultrapassam as dificuldades que encontram em suas trajetórias. Por isso, quando solicitamos que falassem das vantagens e dificuldades em estudar longe de casa a aluna Maria do Socorro respondeu:

É muito difícil por causa da falta de transporte e a distância do sítio para a cidade, quando não tem aula para os outros colégios a gente não vem, pois o carro não vai buscar, como se nós não tivéssemos direito ao transporte. E as vantagens é que conhecemos novas pessoas e aprendemos coisas novas também (MARIA DO SOCORRO)

Como se pode constatar, a necessidade de transporte escolar é visível nos dois depoimentos. Porém, a primeira não se dispõe do mesmo modo que a segunda, só quando os demais colégios estão funcionando. Além disso, existe o fato de que nem todos os sítios da cidade de Pilõezinhos dispõem de transporte noturno. Vejamos as declarações de Aclécio Santos:

Sou aluno da EJA e faço 8ª série. Sou autônomo, tenho 35 anos, pra mim a escola é a melhor coisa que existe, apesar de, às vezes, chego cansado por ter trabalhado durante o dia, faço o maior esforço pra eu vir para escola até mesmo porque moro há 3 km da escola. Moro na zona rural, só que diferente dos outros, o meu sítio fica perto. Não gosto de perder aula, quero é aprender, só queria uma coisa que a escola tivesse mais alunos interessados a estudar e não em bagunçar (ACLÉCIO SANTOS)

Percebe-se, com isto, a preocupação de aprender e de ter uma escola que os discentes fossem mais interessados em aprender a ler e a escrever, focando mais em seus estudos. Esta visão é muito própria das escolas e salas de aula que

reúnem, alunos jovens e adultos, em um único espaço. Todavia, os alunos da EJA possuem seu direito ao transporte público até por não terem escola próxima à sua comunidade.

Quando solicitamos que relatassem sobre a dificuldade de estudar na cidade, o motivo dos mesmos voltar a estudar e o que esperam alcançar, com seus estudos, um dos discentes respondeu:

A distância, o cansaço, a chuva, pois se chover a semana toda quem mora no sítio mais distante e que, depende do transporte, fica sem estudar, pois o ônibus não vai. A falta de entusiasmo dos professores, os conteúdos que às vezes nem sabemos para que servem, são coisas que não têm nada a ver com a gente do campo. Além de que o tempo é pouco para quem quer estudar de verdade, porque os jovens rezam para que a aula passe rápido para eles irem embora, não para casa, mais sim para praça fazer o que não presta. Só voltei a estudar porque quero ser alguém, alguém que saiba ler e escrever, que não precisa passar por vergonha na hora de assinar meu nome, principalmente no posto de saúde. (NAZARENO MATIAS)

Neste sentido, CARVALHO; et al (2009; p.5) nos adverte que:

O conteúdo da escola, em geral, é direcionado apenas para a realidade urbana, além disso, a falta de assistência técnica para orientação dos mesmos, falta de crédito para ele iniciar alguma atividade, entre outros fatores interferem fortemente no interesse em permanecer no campo.

As atividades devem estar de acordo com a realidade dos educandos, abrangendo as necessidades dos mesmos, fazendo com que permaneçam no campo e na escola. Com relação aos alunos jovens que freqüentam a sala de EJA, para SILVA, 2014; et al:

Muitos desses jovens vão à escola com a ideia de não estudar, ou seja, frequentam a EJA com intuito de repetir o que faziam nas escolas onde estavam inseridos. Isso vem provocando reclamações e incômodos nos adultos, que acabam vendo nisso um motivo ou uma desculpa para abandonar a escola. (SILVA; et al, 2014, p. 36)

Com vista que alguns dos entrevistados, principalmente os jovens, disseram preferir o trabalho ao estudo, se estabelece um olhar negativo em relação à

educação. O fato observado é que os alunos não estão conseguindo conciliar trabalho e estudo, existindo desconfortos nesta relação.

Ao olhar para os sujeitos da pesquisa, verificamos que a maioria vivenciou uma trajetória escolar muito atribulada, saindo da escola e para ela retornando, de modo alternado, fato que gera repetência, desinteresse e desmotivação, embora que a maioria dos entrevistados tenha maior escolarização em relação a seus pais.

3.2 A EJA e a Educação do Campo: a escola e contexto local

A EJA na rede municipal de Pilõezinhos, como em outras práticas existentes no Brasil, não se construiu limitada ao contexto local. Embora, muitas vezes, os sujeitos não tenham a devida dimensão, encontra-se inserida no campo de lutas e disputas.

A escola do campo onde a Educação de Jovens e Adultos se realiza, deve considerar um processo que se constitui a partir do contexto social, apesar das diversidades e necessidades locais, sem desvincular-se da realidade dos alunos. [...] A escola deve refletir o meio na qual está inserida, levando em consideração as experiências do povo que está a sua volta, a sua cultura, suas tradições. (REIS, 2004 apud ARAÚJO, et al, 2011, p.24)

Com relação ao aluno da EJA, na Escola pesquisada, identificamos que não há um contexto de socialização com as necessidades dos alunos, pois os conteúdos são inseridos nos ensinamentos em contextos urbanizados, deixando para trás o contexto histórico da luta dos sujeitos do campo.

É preciso, portanto, reconhecer que, na escola do campo, encontram-se valores e saberes dos sujeitos, atentando para a organicidade e a defesa da cultura do povo camponês, nas casas, nos sítios entre outros locais.

Assim, como mencionamos, a Educação de Jovens e Adultos não é oferecida na zona rural de Pilõezinhos. Contudo, para reduzir o analfabetismo, o município estabelece parcerias com o governo do estado na intenção de oferecer programas de alfabetização. No município de Pilõezinhos a EJA ofertada aos alunos do campo situa-se nas escolas da zona urbana. Como principal justificativa para tal realidade se aponta a falta de professores capacitados para ensinar essa modalidade de ensino.

Outro dado, igualmente importante, apontado como argumento é que como o número de alunos que querem estudar é pequeno, não dá para abrir uma sala de EJA no campo, por isso acontece a migração dos alunos do campo para a escola urbana.

Dentre os problemas diversos que acarretam esta migração, destacamos que nas escolas urbanas os alunos da EJA se deparam com uma realidade diferente da deles, além do fato de que, muitas vezes, a escola não oferece boa estrutura e condições de acolhida destes alunos.

Sobre esta questão, nos afirma ALIARDI; et al (2012) que:

Infraestrutura precária, falta de profissionais especializados devido aos baixos salários e condições desfavoráveis de trabalho, escolas mal distribuídas geograficamente, e um currículo elaborado por uma visão urbanocêntrica, ou seja, descontextualizada, são algumas das características da educação no campo hoje. (ALIARDI; et al, 2012, p.54)

Também a escola campo de pesquisa apresenta uma visão urbanocêntrica, pois, como afirmam os entrevistados, os componentes elaborados estão de acordo com a realidade urbana, desfavorecendo a cultura camponesa e a realidade dos alunos da EJA.

Venho para escola para aprender coisas novas que tenha haver com minha cultura. Pensei que aqui eu ia ver coisas que valorizasse minha cultura, o meu trabalho no campo, mas não, aqui os conteúdos que estudamos são com a realidade da cidade esquecendo a nossa origem. (JOSÉ ANTÔNIO)

3.3 Descaminhos dos alunos da EJA: entre o campo e a cidade

Na atualidade, os alunos da EJA estão migrando para a cidade, fazendo um caminho contrário da sua origem e, mesmo com esses descaminhos, os alunos "(...) Cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem e, ao mesmo tempo, vêem sua auto-imagem refletidas no espelho da cultura 'urbana', 'moderna', que lhes surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno". (CARNEIRO, s/d, p. 04).

Esse mundo moderno influencia os jovens do campo e, esta influência, faz com que os alunos da EJA se vejam em um mundo com novas culturas e costumes,

mas sempre cultivando sua verdadeira identidade. Inevitavelmente, os descaminhos entre o campo e a cidade enfrentados por estes alunos têm sido naturalizado, mediante a necessidade de se alfabetizarem e se escolarizarem, buscando na EJA a aprendizagem através de suas experiências de vida e conhecimentos.

Assim, de acordo com FERNANDES, CERIOLI e CALDART (2009) apud FARIA et al (s/d):

[...] a Educação do Campo requer uma educação específica e diferenciada, mas, sobretudo, deve ser educação, no sentido amplo do processo de formação humana, contribuindo para a construção de referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade. (FERNANDES, CERIOLI E CALDART (2009) apud FARIA, et al (s/d)).

Também na escola investigada identificamos os descaminhos enfrentados pelos alunos da EJA, principalmente por não existir nenhuma sala desta modalidade no campo. Diante disso, os alunos da EJA caminham para a cidade percorrendo caminhos que em muito se distanciam de sua realidade, além deste fato, precisam estudar a partir de currículos pautados em perspectivas urbanas.

Segundo OLIVEIRA e RIOS (s/d):

[...] os currículos ainda são concentrados na perspectiva urbanocêntrica, com ênfase em elementos distantes das vivências locais, incluindo-se nessa discussão o lugar do docente e sua formação, em que geralmente ocorre nos grandes centros e estes professores não residem ou conhecem a realidade do local onde atuam. (OLIVEIRA e RIOS, s/d, p. 2)

Isso é a realidade da escola pesquisada, fato também ressaltado nas falas dos alunos entrevistados, onde os mesmos alegam que, por serem do campo, a escola deveria abranger os conhecimentos científicos articulados aos saberes advindos de suas experiências cotidianas.

Notadamente, a Educação de Jovens e Adultos vem enfrentando descaminhos tanto na efetivação de políticas públicas quanto na garantia de que jovens e adultos do campo permanecerem estudando na zona rural. Até mesmo porque muitos dos jovens, adultos e idosos saem do campo para a cidade acreditando em mudar de vida. Este fato também ocorre na EJA, visto que muitos vêm a escola da cidade como uma forma de mudar de vida.

Por este motivo, a EJA enfrenta muitas dificuldades por construir uma imagem de que esse ensino se constitui em uma educação de segunda categoria, onde os alunos não aprendem por ser um ensino por semestre e os professores, sendo que esse contexto atinge, principalmente, o meio rural que também é desvalorizado até mesmo por não conter essa modalidade de ensino no campo, isso é que o acontece no município de Pilõezinhos.

CONCLUSÕES: POR UMA ESCOLA DO E NO CAMPO

Na atualidade, para reconhecemos a EJA como direito temos que compreender o seu campo de lutas e conquistas históricas que foram marcadas pelo direito à educação, tendo em vista o acesso, a permanência e a aprendizagem, como elementos da dignidade humana.

Contudo, um dos maiores problemas ocorridos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) presentes no campo é a falta de continuidade de políticas públicas educacionais, pois a mesma é ofertada, em muitos casos, apenas através de Programa e Projetos, fragmentados pela descontinuidade e o interesse de bases políticas partidárias.

Desse modo, de acordo com a realidade identificada no município pesquisado (Pilõezinhos/PB), os jovens e adultos da zona rural encontram muitas dificuldades para se escolarizar, até mesmo por não existir escolas da EJA no campo.

No entanto, apesar das contradições entre o avanço das políticas públicas na esfera da legislação, ainda é preciso se estabelecer uma educação NO campo, ou seja, os jovens e adultos têm direitos de ser educados no lugar onde vivem. Mas, segundo a nossa pesquisa na Escola Padre Geraldo Pinto, a educação oferecida está fora da realidade dos educandos, deixando também de ser uma educação DO campo, vinculada cultura e as necessidades de vida destes educandos.

As trajetórias de vidas dos alunos pesquisados, entre o campo e cidade, marcada por dificuldades, descontinuidades e desrespeito às suas condições sociais, etárias e de gênero, não foi capaz de desmotivá-los, mas sim, de conscientizá-los para lutar e reivindicar seus direitos. Depoimentos fortes testemunham uma aposta na educação como possibilidade de uma vida melhor e mais digna. Denunciam o descaso das autoridades que se apegam em questões

burocráticas e regimentais, provocando o fechamento das escolas e das salas de EJA no campo.

O estudo reforça a necessidade de revisão da Educação oferecida ao meio rural brasileiro e a necessidade de que o poder público cumpra os direitos fundamentais das populações do campo, nas esferas sociais e educacionais.

Evidenciamos, assim, que a falta de valorização do campo, decorrente, principalmente do processo de urbanização, acentua a visão limitada e preconceituosa que não vê o campo como um lugar de possibilidades, fazendo prevalecer às desigualdades socioeconômicas entre o campo e a cidade, principalmente com relação ao direito à educação.

Na atualidade, a educação do campo ainda sofre com o tratamento diferente com as desigualdades e discriminação por parte do estado, principalmente, pela insuficiência de políticas públicas que têm se mostrado incapazes de alterar essas situações perversas que ocorre com a educação e os povos do campo.

A pesquisa retratou que uma escola camponesa NO e DO campo, no município de Peõesinhos/PB, ainda não é uma realidade naquela localidade. Este fato que revela a insuficiência das políticas públicas frente às demandas da realidade de vida de trabalhadores e trabalhadoras camponeses.

Assim, para avançarmos na garantia do direito a educação, é preciso superar a lógica da EJA ofertada através de Programas e Projetos, fragmentados e descontínuos. As políticas públicas da Educação do Campo precisam de investimentos e garantias de continuidades. Algumas metas do Plano Nacional de Educação apontam para uma direção de reconhecimento dos direitos, a exemplo do que foi instituído na legislação nacional. Todavia, só a pressão e a mobilização popular, da sociedade civil organizada, poderão favorecer a conquista destes direitos de cidadania, também para os povos do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). *Por uma Educação do Campo*. 3. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2008.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; PAIVA, Jane. *Políticas Públicas de direito à Educação de Jovens e Adultos no RJ: Estudos da região metropolitana*, S.D.

ARROYO, Miguel Gonzalez, FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Educação Básica e o Movimento Social do Campo: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo*. – Brasília, DF: Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº2,1999.

ARAÚJO, Alexandre Eduardo et, al. Universidade e Campo- espaço de construção e de socialização dos conhecimentos.2011,p.25 IN: ARAÚJO, Alexandre Eduardo, SANTOS, Fabiana do Nascimento. *Intervivência Universitária: uma experiência de educação contextualizada*. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, 2011.

ALIARDI, Rosilaine Terezinha; WESTERMANN, Liége. *Educação no campo: integração entre escola e comunidade*. Ago/2012

BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. (Org.). *Movimentos sociais, estado e políticas públicas de educação do campo: pesquisa e práticas educativas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

CAVALCANTE, Rita de Cássia. *A Educação do Campo: retrato das diferentes ações*. 2002 (separata de Dissertação de Mestrado – p-01-17).

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. *Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos*. 2007. Disponível em: www.gestaoescolar.diadia.pr.gov.br . Acesso em: 25 de agosto de 2015.

CARNEIRO, Maria José. *O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais*. s/n. Disponível em: www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/carne.rtf . Acesso em 26 de agosto de 2015

CARVALHO, Daniela Moreira; SANTOS, Alyson Brayner; JUNIOR, Jalmir Pinheiro Souza; FERRER, MOISES Tenorio. *Perspectivas do jovens rurais: Campo versus cidade*. Porto Alegre. Julho de 2009.

CENSO ESCOLAR. Disponível em: <http://www.escolas.info/escolas-de-piloezinhos-pb/>. Acesso em 22/set/2015.

Educação de Jovens e Adultos em pilõezinhos. Disponível em: www.deepak.com/goes?Pilõezinhos/...Educação-de-Jovens-e-Adultos. Acesso em 26 de agosto de 2015.

Escola Padre Geraldo Pinto. Disponível em: WWW.escol.as/85059-Pe-Geraldo-da-Silva-Pinto. Acesso em: 26 de Agosto de 2015.

Disponível em: www.cereja.org.br/arquivos-upload/saltofuturo-EJA. Acesso em: 17 de agosto de 2015.

FERREIRA, Luiz Olavo Fonseca. *Políticas Públicas para Educação de Jovens e Adultos no Brasil: o aumento do campo de atenção para os/as pedagogos/as*. 2009.

FARIA, Ana Lucia Ferreira; SOUZA, Dileno Dustan Lucas de; PRIEBE, Miriam Cristina Schmidt. *Pelos caminhos e descaminhos da educação do campo: o prona no noroeste mineiro*. (s/d).

FERNANDES, B.M; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. In: FARIA, Ana Lucia Ferreira; SOUZA, dileno Dustan Lucas de; PRIEBE, Miriam Cristina Schmidt. *Pelos caminhos e descaminhos da educação do campo: O prona no noroeste mineiro*. (s/d).

GHEDIN, Evandro. (Org.) *Educação do Campo: epistemologia e práticas*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: contribuições para uma avaliação da educação para todos. São Paulo: *Ação Educativa*; São Paulo em perspectiva, vol.14, nº1, mar.2000. Disponível em: <http://www.scielo.br> .Acesso em: 05 de jun de 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). *Pilõezinhos*, 2010. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 agost. 2015.

LEITE, S. C. *Escola Rural: Urbanização e Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez,1999.

MST. *Dossiê – MST Escola – Documentos e Estudos 1990-2001*. Caderno de Educação. n. 13 – edição especial, Veranópolis: Iterra, 2005

MANÇANO, Bernardo Fernandes, 2002, P.92 apud PEREIRA, Ana Claudia da Silva. *Lições da Educação do Campo: um enfoque nas Cassetes Multisseriadas*. s/d.

OLIVEIRA, Adelson Dias de; RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. *Trajetórias de formação dos jovens na Educação Básica do Campo*. 2015. Disponível em: WWW.37reuniao.anped.org.br/wp-content/ . Acesso em: 05 de jun de 2015.

OLIVEIRA, Adelson Dias de; RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. *Trajetórias de formação dos jovens na Educação Básica do Campo*. s/d

PAIVA, Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PAIVA, Jane. *Direito à Educação de Jovens e Adultos: Concepções e sentidos*. s/n. Disponível em: www.bdttd.ndc.uff.br .Acesso em: 05 de jul de 2015.

PAIVA, Jane. *Continuar... e aprender por toda a vida: legitimando o direito à EJA*. In: TV Escola, Salto para o Futuro. Boletim, 20 a 29 set. 2004. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/eja/index.htm>. Acesso em: 04 ago. 2015.

RIBEIRO, Elizabeth Barbosa; FERNANDES, Kamilla Iashmine; SANTOS, Ramofly Bicalho dos. *A educação de jovens e adultos no século xx*. (s/d)

REIS, Edmerson dos Santos, 2004, apud ARAÚJO, Alexandre Eduardo et, al. Universidade e Campo- espaço de construção e de socialização dos conhecimentos.2011,p.24 IN: ARAÚJO, Alexandre Eduardo, SANTOS, Fabiana do Nascimento. *Intervivência Universitária: uma experiência de educação contextualizada*. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, 2011.

SOARES, Leôncio José Gomes. *As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagens dos jovens e adultos*. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. São Paulo: Ação Educativa, 2001. p. 201-224 (Coleção Leituras no Brasil).

SILVA, Natalino Neves da. *Juventude, EJA e relações raciais: um estudo sobre os significados e sentidos atribuídos pelos jovens negros aos processos de escolarização da EJA*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

SILVA, José Barbosa da. *Educação do Campo: um olhar histórico com ênfase na educação de jovens e adultos no Brasil*. In: BATISTA, Maria do Socorro Xavier(org). *Movimentos Sociais, Estados e Políticas de Educação do Campo: pesquisa e práticas educativas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

SANT'ANNA, Sita Mara Lopes. *A Educação de Jovens e Adultos: uma perspectiva histórica*. (s/d)

VIEIRA, Maria Clarisse. *Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.